



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rio Claro / SP

ATA nº 24

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2025, às 13h30m, realizou-se uma Reunião Extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Claro/SP, em conjunto com a Rede Proteca na Secretaria Municipal da Educação, situada na Rua Dr. Eloy Chaves, nº 3265 (Núcleo Administrativo Municipal – NAM) – Alto Santana - CEP 13504-188, nesta cidade. Presentes: Representantes Governamentais: Vanessa Carneiro Bonina Lima Magri - Secretária Municipal da Educação (CMDCA/Proteca); Silvino Marques da Cunha Jr. – Secretária Municipal de Esportes (CMDCA/Proteca); Alberto Carlos Rojo Merino da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMDCA). Representantes da Sociedade Civil: Roseane de Lima Borges da ADRA – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (CMDCA); Leonardo M. Alves – Associação Beneficente Núcleo Artevida (CMDCA/Proteca); Flávia Domingos da Silva (Proteca/OAB/SP); Valdenise Guarnieri (Proteca); Ione Bernardo (CMDCA/Proteca); Valéria Aparecida Vieira Velis (Secretária da Educação) e Josiane Tomasella Bordignon (Secretária Adjunta). Valdenise iniciou a reunião agradecendo a disponibilidade da secretária da educação, Valéria, em receber os representantes do Proteca e do CMDCA, propôs que todos se apresentassem e, em seguida, disse que o objetivo da reunião era que a secretária elucidasse os fatos relacionados a faltas de produtos básicos nas escolas e demais questões que estavam circulando nas redes sociais. Valéria iniciou a fala, dizendo estar em um movimento de trazer ao conhecimento de todos, os esforços envidados pela SME para resolver todas as questões, disse que não ia negar o fato de ter ocorrido alguns problemas, contudo, afirmou que estas faltas já estavam sendo supridas. A secretária disse que iniciaria falando primeiramente, sobre as questões, referentes à merenda. Informou que no final do ano passado, no momento em que encerra-se a prestação de contas, no fechamento de um ano letivo para o outro, veio o decreto de contingência de gastos, onde precisou fechar um ano para iniciar o outro ano letivo. Ao retomar em janeiro as novas atas para a alimentação escolar, ocorreram entraves burocráticos onde necessitou notificar a empresa. As aulas iniciaram e houve a necessidade de realizar a adequação do cardápio escolar para poder atender às escolas. A secretária informou que o cardápio pode ser alterado mediante os atrasos nas entregas. Comunicou ainda que houve a anulação dos antigos empenhos para a realização de novos empenhos para atas estocais e que as mesmas foram homologadas em 23 de maio de 2025 para requisição, reserva e empenho. Segundo a secretária, Valéria as atas são suficientes para suprir os próximos dois anos, também informou que ovos e hortifrutis são entregues separadamente da carne. Falou que de fato, durante esse período, faltou, arroz, óleo e sal e que as escolas acabaram comprando esses itens com dinheiro. Informou que Hortifrutis e ovos são entregues às segundas-feiras e que as carnes são entregues na sexta-feira, os estocáveis são entregues a cada 15 dias. A secretária disse estar acompanhando de perto essas questões junto às escolas, no entanto, Valéria disse que em algumas escolas, para aproveitarem da situação, acabaram não substituindo a proteína, ou não seguir o cardápio e disse ter solicitado o romaneio de entregas para verificar se as entregas na escola Luís Martins havia sido entregue e constatou que a escola havia recebido carne e que tinha na escola os alimentos para o cardápio proposto e esta não preparou os alimentos propostos segundo o cardápio. Também informou que dependendo da situação a escola pode alterar a oferta do cardápio em virtude que falta, ou atraso de entrega de algum alimento. Sobre a qualidade da carne, questão suscitada por Ione, disse que a empresa realizou a entrega da carne com atraso, porém, como não era a mesma marca que as cozinheiras costumavam a manusear, ela orientou a não servir a carne, enquanto as nutricionistas não realizassem todos os procedimentos de segurança com a finalidade de verificar se a carne era de qualidade. Os testes foram realizados e constatou-se que se tratava de uma carne de qualidade e assim,



as escolas foram liberadas para o uso da carne. Ao ser questionada sobre o fato de a carne passar por esse procedimento antes de se chegar na escola, a secretária respondeu que o caminhão não passou pelo departamento de merenda, mas que o caminhão foi direto para a escola isso, ocasionou toda essa situação. Flávia perguntou como se dá a troca desses alimentos pelas escolas. A secretaria respondeu que a escola liga para a SME e informa sobre a alteração do alimento, os motivos pela troca e em seguida, faz a troca. A secretária ao ser questionada sobre o tempo de regularização dos materiais na escola respondeu que acreditava que dentro de uma semana o abastecimento nas escolas estaria regularizado, visto que já tinha assinado o contrato e feito o empenho. Quando questionada sobre a falta de materiais de higiene e limpeza, informou que existe na escola o PDDE, que trata do dinheiro direto na escola e que há uma reserva desse dinheiro que pode ser utilizado para suprir essa necessidade, com exceção de alimentos para merenda, a escola pode realizar uma avaliação sobre a situação e fazer o uso desse dinheiro. Também informou que fez uma compra direta à princípio no valor de R\$62.000,00, mas como são no total quatro secretarias envolvidas, e que atualmente, a empresa está sob análise de qualidade do material. Informou ainda, que a SME, fez adesão a uma ata já existente da cidade de Caieiras, ação legalmente permitida e possível, e que a empresa fornecerá saco de lixo, papel e miudezas (bucha) e que a demora se deu devido as questões burocráticas. Contou que distribuição é realizada uma vez por mês e que os caminhões levam de 3 a 4 dias para realizar a distribuição nas 67 escolas. Quando questionada sobre a falta de folhas de sulfite, e se havia alguma previsão de regularização dessa falta, a secretária informou que no dia de hoje (26/05) assinou a ata de papelaria. Ione questionou a secretária sobre a falta de infraestrutura da escola e perguntou se há um planejamento, pois, disse ter conhecimento de várias escolas com obras paralisadas. Valéria explicou que há técnicas que visitam e apresentam relatórios apresentando os problemas. Disse ter um cronograma/previsão de obras/reforma para realizar no decorrer do ano e que para ações pontuais, como pintura, conserto de telhado, elétrica, é necessário, a abertura de ata para a realização de obras pontuais, e que essa era a questão da escola Marilda, que está esperando a abertura de ata para conserto de telhado. Valdenise perguntou sobre a questão das terceirizadas e se há previsão de concurso público para esses cargos. A secretária Valeria disse que atualmente há por volta de 320 funcionários terceirizados e 500 efetivos e que a contratação se deu por meio de um contrato emergencial logo após a pandemia em decorrência da demissão de 900 funcionários eventuais no período da pandemia. Informou ainda que a lista de concurso público foi zerada e por isso, não tem efetivado mais funcionários. Com relação a realização do concurso a secretária informou que quem pode falar acerca desse assunto é o secretário da administração. Quando questionada sobre a formação desses funcionários, a secretária informou que a SME oferece formação tanto no início do ano quanto no meio do ano no período do recesso. Informou ainda que a professora coordenadora tem como atribuição realizar a formação junto as agentes educacionais. Também informou que a Aservo tem contrato para o serviço de limpeza que foi prorrogado para os próximos meses e atualmente a MV é a empresa responsável pelas agentes educacionais. Comunicou também que existe uma previsão de que será realizado um concurso público para o 2º semestre. Valéria disse que está sendo estudado o modelo de contratação dos funcionários por meio das Organizações da Sociedade Civil e acreditar que este formato pode possibilitar uma melhor contratação de funcionários evitando a grande quantidade de faltas e reposições como ocorrem nesse momento. Flávia questionou se as empresas realizam a verificação semestral dos antecedentes criminais e Valéria respondeu que sim e que inclusive, já a SME também já estava se organizando para realizar essa verificação. Por fim, os integrantes o CMDCA e Proteca elogiaram o serviço oferecido pelo CIM e que acreditavam ser um dos melhores serviço oferecidos na cidade, contudo,



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rio Claro / SP

101 disseram da necessidade da abertura de um 2º CIM para extinguir a fila de espera, visto ele
102 ser insuficiente para atender a demanda existente atualmente no município. Valéria
103 informou que já estava analisando essa possibilidade, alegando que é necessário dotação
104 orçamentária e que esta, estava sendo prevista no PPA. Sem mais nada a acrescentar, eu,
105 Vanessa Carneiro Bonina Lima Magri, presidente do CMDCA, lavrei a presente ata, que
106 será aprovada pelos participantes após a leitura.